Sra. Presidente da CPL,

 AUTORIZO a abertura do competente processo de licitação, para C**ontratação de empresa para fornecimento de material permanente carteiras escolares, com o objetivo de reequipamento as unidades escolares do Município de Arcoverde, por um período de 12 (doze) meses, o que faço com base nos** preceitos legais estabelecidos na Lei Complementar Municipal nº 009/2017, e em especial, o que dispõe a Lei Federal n° 8.666 de 21.06.1993, e alterações, bem como demais legislação pertinente.

Informo ainda, que os recursos orçamentários a serem reservados para cobrir as obrigações financeiras desta aquisição são os seguintes:

 **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:**

SALÁRIO EDUCAÇÃO

Atividade: 12.361.1204.1.66 – Reequipamento das Unidades de Ensino

Elemento: 449052 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 09

RECURSO PROPRIO

Atividade: 12.361.1204.1.66 – Reequipamento das Unidades de Ensino

Elemento: 449052 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 02

 FUNDEB 30%

Atividade: 12.361.1204.1.186 – Aquisição de Material Permanente para Rede Física de Educação Básica com Recursos do FUNDEB

Elemento: 449052 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 58

Arcoverde, em 11 de Janeiro de 2022

**Antônio Rodrigues Mendes Souza**

 Secretário de Educação

Ata da Reunião da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 034/2022 de 03 de Janeiro de 2022, para ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO.

Aos 12 (Doze) dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e dois (12/01/2022) às 13 (Treze) horas, na Sala de Reunião da CPL, no edifício-sede da Prefeitura Municipal de Arcoverde, Estado de Pernambuco, sita à Av. Capitão Arlindo Pacheco n° 88, em Arcoverde, reuniu-se a Comissão Permanente de licitação composta pelos membros Aceone Alves da Silva –Presidente, Keli Poliana Lima do Nascimento – Secretaria e Renny Romany Yarley Alves da Silva – Membro, Camylla Raianne Nunes de Souza – Membro, para instaurar processo licitatório determinado pelo Secretario, cf. fls, com o seguinte objeto C**ontratação de empresa para fornecimento de material permanente carteiras escolares, com o objetivo de reequipamento as unidades escolares do Município de Arcoverde, por um período de 12 (doze) meses.** Após a leitura dos despachos do Srº Secretário de Educação, decidiu a comissão pela modalidade Pregão Eletrônico, ficando desde já a critério do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 034/2022, a responsabilidade de elaboração do edital para apreciação preliminar da Assessoria Jurídica desta Prefeitura. Nada mais sendo tratado foi encerrada a presente reunião, cuja ata foi lavrada e que depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos os membros.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Aceone Alves da Silva

Presidente

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Kelli Poliana Lima do Nascimento

Secretária

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Renny Romany Yaley Alves da Silva

Membro

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Camylla Raianne Nunes de Souza

Membro

| ***PROCESSO DE LICITAÇÃO SEDUC Nº \_002/2022*** | ***PREGÃO ELETRONICO SRP SEDUC Nº 001/2022*** |
| --- | --- |
| ***TIPO: MENOR PREÇO*** | ***REGIME: MENOR PREÇO POR ITEM*** |
| * + 1. ***Nº. DO CERTAME NO SÍTIO*** ***www.comprasgovvernanemtais.gov.br******(sistema comprasnet)***
 |
| ***ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO*** |

|  E D I T A L |
| --- |

 PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE ARCOVERDE PE**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, por meio do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇAO,**  inscrito no CNPJ sob o nº 19.470.663/0001-06, neste ato, representado pelo Gestor Senhor Antonio Rodrigues Mendes Souza**,** com base no Decreto Municipal 002/2008, torna público a instauração da licitação na modalidade **PREGÃO**, do tipo **MENOR PREÇO,** critério de julgamento **VALOR UNITÁRIO POR ITEM**, em sua forma **Eletrônica,** sob o regime de execução indireta, tendo por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS, nos termo do Art 15, Inciso II da Lei 8666/93, regido pelas Leis nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006 (redação alterada pela Lei Complementar nº 147/2014), Decreto Municipal nº. 002/2008 e aplicando subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal n° 8.666/1993, ainda pelo Decreto Federal 5.450/2005 e demais normas aplicáveis.

|  |  |
| --- | --- |
| **LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA** | **Site:*****www.comprasgovvernanemtais.gov.br*** ***(comprasnet)*** |
| **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS** | **Dia 18/01/2022 às 10:00h** |
| **ABERTURA DAS PROPOSTAS** | **Dia 31/01/2022 às 11:00h** |
| **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA** | **Dia 31/01/2022 às 12:00h** |
| **TEMPO DE DURAÇÃO DA FASE IMINENTE DE LANCES** | **05 (cinco) minutos** |
| **REFERÊNCIA DE TEMPO** | **HORÁRIO DE BRASÍLIA** |
| **CODIGO DA UASG** | **982323** |
| **LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL E SEUS ANEXOS**: o edital completo está disponível para consulta e cópia na internet no endereço: ***www.comprasgovvernanemtais.gov.br*** ***(comprasnet)*** |

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais anteriormente estabelecidos desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

Recomendamos aos licitantes pleiteantes a leitura atenta deste Edital.

Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no licitações-e.com.br e as constantes deste Edital e de seus anexos, prevalecerão as últimas.

1. **DO OBJETO E DOS ANEXOS DO EDITAL**
	1. Constitui o objeto deste Edital promover o Registro de Preços consignado em Ata e determinas as condições para eventual C**ontratação de empresa para fornecimento de material permanente carteiras escolares, com o objetivo de reequipamento as unidades escolares do Município de Arcoverde, por um período de 12 (doze) meses, o**bservados os detalhamentos técnicos e operacionais, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo II do Termo de Referência, Anexo deste Edital.
	2. A descrição detalhada dos serviços está contida no Anexo I (Termo de Referência) deste instrumento convocatório e deverá ser minuciosamente observada pelos licitantes quando da elaboração da proposta de preços.
	3. A presente licitação será exclusiva para empresas enquadradas como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da LC 123/06 e LC 147/14, observando-se ainda o disposto no art. 5º, §4º do Decreto Municipal nº 027/2014.
	4. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante neste Edital e seus anexos e a descrição do sistema Comprasnet, **sempre prevalecerá o estabelecido em Edital.**
2. **ANEXOS DO EDITAL**
	1. Fazem parte deste instrumento convocatório os anexos de I a IV, conforme descrito abaixo:

a) ETP Estudo Técnico Preliminar (Anexo I);

b ) Termo de Referência (Anexo II);

b )Minuta do Contrato (Anexo III);

c)Modelo” de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte - *ME ou EPP*(Anexo IV;

d)Modelo Declaração Conjunta (anexo V )

e)Modelo” **Minuta Ata de Registro Preços (anexo V)**

Os anexos constantes no subitem anterior são parte integrante e inseparável do presente Edital.

**3.PRÉ-REQUISITOS DO LICITANTE PARA PARTICIPAÇÃO**

**3.1.Poderão participar desse pregão quaisquer licitantes que:**

* + 1. 3.1. 2.Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
		2. 3.1.2.Estejam devidamente credenciados perante o sistema eletrônico promovido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, através do endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br. (sistema comprasnet)

**3.2.Não poderão concorrer neste pregão as empresas:**

* + 1. 3.2.1.Em consórcio;
		2. 3.2.2.Sob processo de recuperação judicial;
		3. 3.2.3.Declaradas inidôneas, por ato do Poder Público;

3.2.4.Impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração, ou qualquer de seus órgãos descentralizados;

3.2.5Enquadradas nas disposições do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

3.2.6.Proponentes que fazem parte do mesmo grupo econômico ou financeiro somente podem apresentar uma única proposta, sob pena de rejeição de todas as propostas apresentadas.

a)Considera-se integrante do mesmo grupo econômico ou financeiro as empresas que tenham diretores, acionistas ou representantes legais comuns, e aquelas que dependem ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**4.DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO**

4.1.Até 02 (dois) dias úteis anteriores à realização da sessão pública do pregão eletrônico, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

4.2.A impugnação deverá ser manifestada por escrito, dirigida a pregoeira, protocolizando o original, no horário das 08h00min às 13h00min, em dias úteis, no endereço da sede da Prefeitura Municipal de Arcoverde, ou por meio do e-mail licitação.pma2013@gmail.com.

4.3Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.4.As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações vincularão todos os licitantes, devendo ser publicadas no mesmo meio de comunicação anterior, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.5.As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela pregoeiro serão divulgados no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, no link correspondente a este Edital, para consulta por qualquer interessado.

**5.DO CREDENCIAMENTO**

5.1.Para ter acesso ao sistema eletrônico, os licitantes interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se acerca de seu funcionamento e regulamento, recebendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.2.O credenciamento da empresa e seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.3.É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como em qualquer transação efetuada, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Prefeitura Municipal de Arcoverde a responsabilidade por eventuais danos decorrente do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4.Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas ou sua desconexão.

5.5.lA perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico para imediato bloqueio de acesso.

**6.DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

6.1.Como condição para participação no pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

6.1.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

* + 1. 6.1.2.Que elaborou sua proposta de maneira independente;
		2. 6.1.3.Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.1.4.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º XXXIII, da Constituição.

* + 1. 6.1.5.Que não utiliza mão de obra em trabalho forçado ou degradante;

6.2.A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como ME ou EPP sujeitará o licitante às sanções cabíveis.

**7.DO ENVIO DA PROPOSTA**

7.1.O licitante deverá enviar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir do momento da divulgação do edital no endereço eletrônico, até a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.2.As propostas deverão ser formuladas de acordo com as especificações contidas no Anexo I deste Edital.

7.3.Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

7.4.Nos preços propostos e nos lances deverão estar inclusos todos os custos referentes ao objeto desta Licitação tais como impostos: encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução de serviços.

7.5.A apresentação da proposta eletrônica implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como das discriminadas abaixo:

7.5.1.Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**8.DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO**

8.1.,A partir do horário previsto no Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando da Pregoeira, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br (sistema comprasnet)

8.2. A pregoeira examinará, com auxílio da equipe de apoio, a aceitabilidade do menor preço e a compatibilidade do objeto proposto com o especificado no Edital, decidindo motivadamente a respeito.

* + 1. 8.2.1.A análise das propostas pela pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
1. Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital e seus Anexos;
2. Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;
3. Que apresentem preço excessivo ou manifestamente inexequível.
4. **Que apresentem valor superior ao estimado**

8.3.A eventual desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4.Durante os trabalhos de julgamento das propostas, o pregoeiro poderá suspender a reunião para promover diligências acerca de dúvidas que não possam ser sanadas de imediato.

8.5.Para o julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO.**

**9.DA FASE DE LANCES**

9.1.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.2.Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do respectivo horário de registro e valor.

9.3.O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no Sistema.

9.4.Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

9.5.Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;

9.6.Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.7.Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.8.O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos.

9.9.No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.9.1.Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 20 (vinte) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica poderá ser suspensa, automaticamente, e reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br. (sistema comprasnet )

9.10.O encerramento da etapa de lances será decidido pelo pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

9.11.Decorrido o prazo fixado pelo pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

9.12.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

9.13.Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

**10.DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

10.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

10.2.A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio da funcionalidade disponível no sistema estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

10.2.1.O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido e formalmente aceita pela pregoeira.

10.3.Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.4.Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10..5. A pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.6.Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10..7.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**11.DAS AMOSTRAS/ CATALOGO**

1**.1. A Critério do setor de compras da Secretaria de Educação e Esportes, serão solicitadas amostras/catálogos para analises de cada um dos itens listados no anexo deste Termo de Referência;**

**1.2.O procedimento para envio e análise das amostras/catalogos obedecerá ao estabelecido no Termo de Referência anexo I parte do edital**

**12.DA HABILITAÇÃO**

12.1.O atendimento das condições de habilitação será verificado por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), cabendo ao licitante detentor do menor preço apresentar os documentos especificados abaixo.

12.2.Os documentos abaixo relacionados que não estejam contemplados no SICAF deverão ser encaminhados por sistema eletrônico, através da função “Enviar Anexo”, no prazo de 01 (uma) hora, após solicitação, via *chat*, da pregoeira.

**12.3.Para habilitação serão exigidos, exclusivamente, os seguintes documentos:**

**12.3.1.HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a)Pessoa física: Cédula de identidade

b)Empresa individual: registro na junta comercial

c)Sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial.

d)Sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial.

e)Sociedade por ações: ato constitutivo inscrito no Cartório Civil (Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Cartório de Registro de Títulos e Documentos), acompanhado de prova da diretoria em exercício.

f)Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

g) Alvará de funcionamento em conformidade com o objeto licitado, do Município de origem da empresa;

h) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**12.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a)Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b)Se pessoa física, prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

c)Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

d)Certidão de regularidade fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual;

e)Certidão de regularidade fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda Municipal;

f)Certidão conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

g)Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

h)Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, com apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**12.3.3.QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

a)Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter prestado serviços semelhantes ao objeto desta licitação;

**12.3.4.QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

a) Certidão de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, onde conste o prazo de validade e não havendo este, somente será aceita com data de emissão não superior 30 (trinta) dias. Devendo apresentar Certidão de Processos Físicos e de Processos Eletrônicos (1º e 2º Grau).

b)Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo vir acompanhado de cópia dos termos de abertura e encerramento do Livro Diário do qual foi extraído, contendo o número de registro da Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – RCPJ, bem como a identificação da assinatura do titular ou representante legal da empresa e do contador, acompanhado da Certidão de Regularidade Profissional devidamente válida (considerando a data do registro do balanço), expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade.

c) As empresas com menos de 01 (um) ano de exercício social de existência devem cumprir a exigência contida na alínea “b”, mediante a apresentação do Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado.

d)Certidão Simplificada válida emitida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas – RCPJ;

**12.3.5. DECLARAÇÕES EMITIDAS PELO SISTEMA**

a)Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

b)Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c)Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

**12.4.No caso da existência de certidão vencida, o licitante será convocado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema, no prazo de 30 (trinta) minutos após solicitação do pregoeiro e, em original ou cópia autenticada, no endereço e prazo estabelecidos neste edital.**

12.5.As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**12.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcel amento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) produção de efeito.**

12.5.2.A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para habilitação e assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.5.3.A pregoeira suspenderá a sessão para a regularização mencionada no subitem 12.5.1., informando via *chat* data e horário para a sua continuidade.

12.6.A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte detentora do menor preço deverá comprovar a conformidade com os incisos I ou II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, por meio do envio do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício exigível, ou do imposto de renda, onde conste a receita bruta do mesmo exercício.

12.7.Caso não seja comprovada a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a licitante será inabilitada, ficando sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

12.8.Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para continuidade da mesma.

12.9.Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar os documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**13.DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13.1.Após a fase de habilitação, declarado o vencedor e, se for o caso, decorrida a fase de regularização fiscal de ME/EPP, a pregoeira anunciará formalmente o início da fase recursal, abrindo prazo de 30 (trinta) minutos durante o qual qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico, a intenção de recorrer, com síntese de suas razões, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso.

13.2.A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto da Licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

13.3.O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4.Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, também via sistema eletrônico, em 03 (três) dias, que começarão a contar ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5.Não serão conhecidos recursos e contrarrazões entregues por escritos ou qualquer outro meio que não o campo específico disponibilizado pelo sistema de pregão eletrônico, através do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br (sistema comprasnet)

13.6.Cabe a pregoeira receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão, hipótese na qual caberá a esta a adjudicação do objeto.

**14.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1Considerada regular a proposta definitiva de preços e constatado o atendimento das exigências relativas aos documentos de habilitação, caso não haja interposição de recurso e, se houver, após a prolação de regular decisão, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor por ato do pregoeiro ou pela autoridade competente, conforme o caso.

14.2.Da sessão pública do pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

14.,3.Constatada a regularidade dos atos praticados durante todo o certame, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

**15.DA REMESSA DE DOCUMENTOS**

**15.1.O original da proposta definitiva de preços e os originais ou cópias autenticadas dos documentos exigidos na fase de aceitação e/ou de habilitação deverão ser encaminhados à sede da Prefeitura Municipal de Arcoverde, localizada na Av. Cap. Arlindo Pacheco de Albuquerque nº 88 Centro Arcoverde PE, no prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, contado da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.**

15.2.No caso do licitante enviar tais documentos via Correios, deverá fazê-lo por carta registrada ou Sedex, de forma que fique comprovada a data do envio dos referidos documentos, bem como seja possível rastrear a correspondência e identificar eventual extravio, sob pena de aplicação de penalidade pelo não cumprimento do prazo estipulado.

15.3.Os documentos acima referidos deverão ser apresentados de forma legível e em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor da Comissão Permanente de licitação, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

15.4.Não precisarão ser autenticadas as cópias de documentos e certidões cuja autenticidade possa ser verificada pela internet.

15.5.As certidões, quando nada dispuserem sobre sua validade, serão aceitas desde que expedidas nos 30 (Trintas) dias anteriores à data de apresentação na Prefeitura Municipal de Arcoverde.

**15.6.. Os documentos das empresas ou licitantes que não se habilitarem no referido processo, terá o prazo de 30 (trinta) dias para sua retirada, após serão incinerados.**

**16.FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

16.1.A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cuja minuta integra este edital, conforme Anexo II.

16.2.A vigência do contrato se iniciará com a sua assinatura e se estenderá por 12 (doze) meses.

16.3.A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou Aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3.1.Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura Municipal de Arcoverde PE, Sala da CPL para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.4. O prazo de que trata os itens anteriores poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, mediante solicitação formal e motivada do interessado, manifestada durante a fluência do prazo inicial, desde que reconhecidas precedentes, pela Administração, as razões aduzidas.

16.5.Poderá ser acrescentada no contrato qualquer vantagem apresentada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

16.6.No ato da assinatura do contrato, a contratada deve manter as mesmas condições de habilitação, bem como durante a execução contratual.

16.7Quando a empresa adjudicada, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de habilitação, será designada nova sessão pela autoridade competente para o exame, pelo pregoeiro, da oferta subsequente de menor preço e respectiva negociação com o seu autor.

16.7.1.Após a negociação, o pregoeiro decidirá sobre a aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

**16.8Não será permitida em nenhuma hipótese a subcontratação total ou parcial dos objetos desta licitação.**

* 1. **Observação:**

**16.9.1"As partes, admitem como válida a assinatura do presente instrumento contratual em forma eletrônica, utilizando sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade deste documento, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.**

**16.9.2.Desse modo, os contratos assinados de forma eletrônica são uma prática comercial rápida, eficaz e segura, sendo dotados de integridade, autenticidade e segurança, além de validade jurídica.**

**17.DA RESCISÃO DO CONTRATO**

17.1.A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

17.2.Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.3.A rescisão deste contrato poderá ser:

**I** – Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 10 (dez) dias.

**II –** Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

III – Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

17.4.A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**18.DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS**

18.1.Os materiais objeto da presente contratação deverão ser fornecidos conforme especificações do Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

**19.DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

19.1.A nota fiscal/fatura deve vir com a descrição detalhada dos serviços prestados, bem como com a indicação expressa dos encargos, impostos e tributos passíveis de retenção na fonte.

**19.2.O pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias uteis, caso o valor da contratação seja igual ou inferior a R$ 8.000,00 (oito mil reais), e acima deste valor em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a parti da apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pelo Secretário de Educação Municipal de Arcoverde, e comprovação da manutenção das exigências da habilitação, tudo processado legalmente.119**

19.3.Sendo a nota fiscal/fatura devolvida para correção por parte da contratada, o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação.

19.4.Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

19.5.Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

19.6.Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 65, II, alínea “d” e §5º da Lei Federal nº 8.666/93.

**20.DAS PENALIDADES**

20.1.O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

20.2.As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão a CONTRATADA às seguintes sanções:

I – multa, observados os seguintes limites máximos:

1. Pelo atraso no fornecimento e/ou prestação dos serviços, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;
2. Pela recusa no fornecimento e/ou em prestar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 1 a 10% do valor contratado ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
3. Pela demora em refazer o fornecimento e/ou o serviço rejeitado ou corrigir falhas do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1% do valor global contratado ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;
4. Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no fornecimento e/ou na prestação do serviço, entendendo-se como recusa prestação do serviço não efetivado nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;
5. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e 8.078/90 ou, ainda, no instrumento convocatório e não abrangida nos subitens anteriores: 0,25% a 1% do valor global do contrato ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, para cada evento;

II – impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, da CONTRATADA que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

20.3.A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

1. Atraso injustificado na execução do contrato;
2. Inexecução total ou parcial do contrato.

20.4.O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 05 (cinco) dias

20.5.A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades.

20.6.Objetivando evitar dando ao erário, poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

20.7As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

20.8Na estipulação das sanções, deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

**21.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

21.1.Para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente Licitação será utilizada a seguinte dotação orçamentária:

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:**

SALÁRIO EDUCAÇÃO

Atividade: 12.361.1204.1.66 – Reequipamento das Unidades de Ensino

Elemento: 449052 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 09

RECURSO PROPRIO

Atividade: 12.361.1204.1.66 – Reequipamento das Unidades de Ensino

Elemento: 449052 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 02

 FUNDEB 30%

Atividade: 12.361.1204.1.186 – Aquisição de Material Permanente para Rede Fisica de Educação Básica com Recursos do FUNDEB

Elemento: 449052 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 58

* 1. Fica estabelecido que, para o atendimento das despesas referentes nos exercícios financeiros subsequentes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias que lhe forem destinadas, indicando-se, por instrumento adequado, o crédito e empenho para sua cobertura.

**22.DISPOSIÇÕES FINAIS**

22.1.As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2.A homologação do resultado do presente certame será divulgada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

22.3.Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados nas mesmas condições do item anterior.

22.4.É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas em razão do cumprimento das exigências deste Edital e seus anexos.

22.5.Todos os horários informados nesse Edital obedecerão o Horário de Brasília (DF).

22.6.Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

22.7.Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da comarca de Arcoverde/PE.

**22.8O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço:** **licitacao@arcoverde.pe.gov.br****, bem como no sítio** **www.comprasgovernamentais.gov.br****, e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na sala da pregoeira e membros da equipe de apoio, os quais prestarão todos os esclarecimentos pertinentes ao processo licitatório.**

Arcoverde, 12 de Janeiro de 2022

Pregoeira

**ANEXO I**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**AQUISIÇÃO DE BANCAS ESCOLARES**

|  |
| --- |
| **Introdução** |
|  À Administração da Secretaria de Educação de Arcoverde, através do Setor de Compras, objetivando demonstrar a viabilidade técnica e econômica referentes à contratação de pessoa jurídica fornecedora de materiais permanentes, nas características de bancas escolares no para o uso na Secretaria de Educação no reequipamento das unidades educacionais. |

|  |
| --- |
| 1. **Definição da solução**
 |
|  O presente instrumento tem como objetivo a contratação de empresa especializada em fornecimento de Material permanente para atendimento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, no que conserne a reequipação das unidades de ensino.  À aquisição é baseada na demanda existencial inerente ao atendimento desta egrégia Secretaria a seus alunos, bem como o desenvolvimento e viabilização das atividades pedagógicas. Com isso, esta Instituição, preocupada com o bem-estar da sociedade arcoverdense, visando garantir educação de qualidade e com os aparatos necessários, necessita adquirir os materiais constantes na planilha em anexo, que atendam a critérios técnicos pré-definidos. Visando a possibilitação da Secretaria de Educação no execultar de suas atividades. |

|  |
| --- |
| * 1. **Justificativa da necessidade da contratação para a Secretaria de Educação**
 |
| A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas faculdades, fazendo valer o que determina o art. 206 incisos VII da Constituição, que tem como objeto o compromisso dos órgãos governamentais em garantir educação de qualidade, organiza;Levando em consideração que decorrido o período pandêmico, estamos gradativamente retornando as atividades escolares de forma presencial e com o trabalho incansável de melhorar e aperfeiçoar o processo de ensino no Município de Arcoverde;Observando que decorrido o período de recessão educativa na forma presencial, fazemos um reconhecimento das nossas unidades escolares e verificamos que as mesmas se encontram com estruturas precisando de intervenção imediata, iniciamos o processo de recuperação e restauração de nossas unidades escolares;Para tanto se faz necessário um amplo trabalho de reequipamento de todas as unidades de ensino e assim sendo precisamos adquirir materiais específicos para as ações nas escolas, dentre eles as mesas e carteiras escolares, a fim de proporcionarmos os aparatos necessários ao desenvolvimento educacional e bem-estar de nossos estudantes.Esta egrégia Secretaria Municipal, realizou anteriormente um processo licitatório para à aquisição de bancas e carteiras escolares, o qual se demonstrou insatisfatório e considerado como fracassado pela administração. Entretanto contamos com a urgente necessidade de reequipar as nossas unidades escolares para o retorno das atividades educativas, assim sendo damos celeridade ao processo licitatório para a aquisição dos materiais necessários.Levamos em consideração ainda a conquista de uma nova unidade escolar em nosso município, a qual atenderá a mais de 500 alunos matriculados por turno de funcionamento e para tanto precisamos dos mobiliários que sejam suficientes para o funcionamento da escola.Não medimos esforços para que nossos alunos possuam o que de mais moderno e eficiente exista para o seu desenvolvimento pedagógico, com conforto e segurança. |

|  |
| --- |
| * 1. **Requisitos da contratação**
 |
| * + 1. Os materiais permanentes a serem adquiridos visam suprir à demanda gerada nas diversas necessidades educacionais da Secretaria de Educação. Deverão ser entregues pelo fornecedor de acordo com as especificações descritas no apêndice 6, do termo de referencia, no município da CONTRATANTE.

1.2.2. As quantidades informadas neste Estudo Técnico serão suficientes para atender esta Egrégia secretaria, no que tange as suas maiores necessidades de reequipação, tomando como parâmetro básico os quantitativos estimados na proposta orçamentária para o exercício de 2022, combinado com o histórico da demanda do material para cada unidade escolar, constante em anexo como objeto da TR. 1.2.3. A planilha demonstrativa contendo o item, as especificações, a unidade, embalagem e o CATMAT, estarão na TR proveniente desta ETP. |

|  |
| --- |
| * 1. **Relação entre demanda prevista e a quantidade de cada item**
 |
| À estimativa é calculada com base nas necessidades apresentadas nas requisições das unidades escolares, com um número fixo mínimo da quantidade a ser requisitada por pedido de compra.Levando-se em consideração também que organizamos e planejamos um processo de reequipação e modernização de todas as escolas, precisando do atendimento das suas demandas a fim de garantirmos as condições necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.Tendo em vista ainda que nos preparamos para a abertura de uma nova unidade escolar no município que atenderá a mais de 500 alunos conforme especificado na justificativa da contratação. |

|  |
| --- |
| 1. **Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:**
 |

|  |
| --- |
| * 1. **Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:**
 |
| A pesquisa de preços resultou na lista abaixo de valores para os produtos necessários, os quais tornam viável ao mercado atender à demanda identificada. Todos os valores relacionados a demanda foram tomados por meio de cotação elotronica verificada no Painel de Preços do Ministério da Economia e tomados como base o valor médio. Resultados com relatórios gerados pelo Painel de Compras se encontram em anexo.A data em que foi realizado o relatório foi realizada no período de pesquisa da licitação anterior. |
| IDENTIFICAÇÃO DE TODAS AS SOLUÇÕES DE MERCADO E PREÇOS LEVANTADOS |
| Painel De Preços (Ministerio Da Economia) |
| Fonte de pesquisa: https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/  |
| Périodo de Compras para Analise: entre 30 e 150 dias |
| Relatório gerado: dias 04 /10 / 2021 | Forma de pesquisa: Codigo Máterial/Serviço (CATMAT); Descrição; Unidade de Fornecimento |

|  |
| --- |
| * 1. **Estimativas de Preços ou Preços Referenciais:**
 |
| Inicialmente, foi realizada pesquisa feita pela metodologia do “Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico: http://paineldeprecos.planejamento.gov.br", que resultou como de fato proveitosa, visto que contemplou o iten a ser licitado. Os resultados foram compilados na planilha de preços estimados, registrando na planilha os preços e valores obtidos. Como metodologia de apuração de preços, utilizou-se a mediana simples dos preços obtidos, excluindo-se as propostas que apresentaram valores significativamente superiores à maioria, de modo a evitar distorção no cálculo do preço médio. Será especificado no termo de referência os limites mínimos e máximos de aquisição dos produtos. |

|  |
| --- |
| * 1. **Análise de cenários e escolha do tipo de solução**
 |
|  Levando em consideração as cotações realizadas e a demanda a ser atendida a solução mais vantajosa e que mais se adequa às necessidades do órgão é a ampla concorrência por meio do preção eletrônico, que tratará da contratação de Empresa fornecedora de materiais permanentes e seja capaz de contemplar os referidos itens. Tal cenário é o mais vantajoso para a administração do ponto de vista do custo-benefício, eficácia, eficiência, padronização, segurança e disponibilidade do mercado. |

|  |
| --- |
| 1. **Estimativas preliminares de preços**
 |
|  A tabela abaixo apresenta as unidades de medida de cada item de contratação, a quantidade estimada de bens ou serviços e o valor estimado na contratação. Em seguida, faz-se a análise crítica dos preços coletados para, ao final, definir a estimativa preliminar de preços.As demais especificações técnicas do produto, conforme exigências da administração, encontra-se no anexo 5, do termo de referencia oriundo deste. |
| Nº | Descrição do bem ou serviço | catmat | Unid. | Qtd. | Valor unitário (R$) | Valor total (R$) |
|  | Carteira escolar (carteira escolar universitário, confeccionado em resina termoplástica ABS ou Polipropileno, dotada de porta lápis na posição horizontal) | **26441** | **UNID** | 1.000 | R$ 400,00 | R$ 400.000,00 |
| Análise crítica dos preços coletados: |
| Considerando os orçamentos levantados, utilizando o Painel de Preços do Ministério da Economia. Entende-se, também, que os preços coletados utilizados para o orçamento apresentado estão de acordo com os característicos para o mercado, representando capacidades de elegibilidade. O método utilizado neste estudo para a estimativa preliminar de preço da contratação foi a média do valor de cada custo da planilha dos preços pesquisados dos orçamentos recebidos, que resultou no valor orçado estimado de R$ 400.000,00.Após a extração e consolidação dos valores chegou-se aos valores referenciais abaixo.Seguem anexas as memórias de cálculo da estimativa de preços referenciais e os documentos que lhe dão suporte. |
| Estimativa preliminar de preços (R$): 400.00,00 (Quatrocentos mil reais). |

|  |
| --- |
| 1. **Análise de riscos, adequações e benefícios**
 |

|  |
| --- |
| * 1. **Análise de riscos**
 |
| Nesta etapa é feita a análise de riscos relacionados à contratação, sejam eles relacionados à fase interna do processo licitatório, à fase de seleção do fornecedor e inclusive à fase de gestão e execução do contrato. Além disso, são estimadas a probabilildade de ocorrência e seu impacto, bem como as ações de prevenção e contingência e os responsáveis pela realização das ações.  |
| Nº | Descrição do risco | Probabilidade de ocorrência | Impacto | Ações de prevenção | Ações de contingência | Responsável pelas ações |
| 1. | Durante a operação interna do processo licitatório, levando em consideração a grande demanda de processos em andamento, a presente licitação pode sofrer com atrasos, o que pode impactar diretamente no mercado, uma vez que os valores de mercado sofrem atualmente constantes mudanças | Baixa | Baixo | Implementação da licitação em caracter de urgência para atendimento da demanda | Atualização das pesquisas de preço médio | Setor de ComprasSetor permanente de Licitações |
| 2. | Durante a fase de seleção do fornecedor, ocorrem variantes nos valores ofertados, sendo possível que o/os ganhador/es não realize a contemplação de um determinado produto que atenderia a demanda. | Média | Médio | Procura por um fornecedor para o determinado produto, até mesmo por meio de possível processo de chamamento | Adequação da demandaContratação direta | Setor de Compas |
| Análise e avaliação dos riscos: |
| Diante dos riscos elencados nesta etapa do Estudo Técnico Preliminar e suas respectivas ações de prevenção e contingência, conclui-se que os riscos apresentados não oferecem impedimento suficiente à viabilidade da contratação do presente objeto. |

|  |
| --- |
| 1. **Declaração da viabilidade ou não da contratação**
 |
| A lista de verificação abaixo oferece o resumo do atendimento da contratação a todos os requisitos elencados no estudo técnico preliminar. |
| Lista de verificação para declaração da viabilidade ou não da contratação |
| Item do estudo técnico preliminar: | Atende? |
| 1. A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada? | SIM |
| 2. O alinhamento entre a contratação e o planejamento institucional do órgão ou entidade está demonstrado? | SIM |
| 3. Os requisitos técnicos e a solução tecnológica como um todo foram adequadamente descritos e analisados? | SIM |
| 4. A quantidade de itens está coerente com a demanda prevista? | SIM |
| 5. O levantamento de mercado e a pesquisa de preços foram devidamente realizados? | SIM |
| 6. A análise de cenário e escolha do tipo de solução foram devidamente justificadas? | SIM |
| 7. O parcelamento da solução foi analisado e justificado, se for o caso? | SIM |
| 8. As estimativas preliminares dos preços foram feitas, a partir dos preços pesquisados? | SIM |
| 9. Há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente, bem como previsão de provimento de recursos no caso de contratação que se estenda por vários exercícios no caso de serviços contínuos? | SIM |
| 10. Os riscos relevantes para a contratação foram levantados, incluindo-se ações para prevenção ou contingência? | SIM |
| 11. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável e vantajosa para o órgão ou entidade? | SIM |
| Em assim sendo, diante do exposto no presente estudo técnico preliminar, declara-se que a aquisição é viável, necessária e adequada a este órgão. Além disso, convém ressaltar que o mercado já dispõe de um número razoável de fornecedores capazes de oferecer a solução. |

**RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES;**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANTÔNIO RODRIGUES MENDES SOUZA**

**Secretário de Educação**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**SANDRO TENÓRIO DE CARVALHO**

**Setor de Compras**

**ANEXO II**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

|  |
| --- |
| **ORGÃO** |
| Setor Requerente: **Secretaria Municipal de Educação e Esportes** |
| Responsável pela demanda: **SANDRO TENÓRIO DE CARVALHO** |
| Matrícula: **302884** |
| E-mail:**pmaseacompras21@gmail.com** |
| Telefone: **(87) 3821-9014 / 3821-1707** |

**1. OBJETO**

O presente termo de referência tem como finalidade abertura de Processo Licitatório para futura contratação de empresa fornecedora de material permanente e mobiliário em geral, conforme especificações técnicas apresentadas, para fornecimento de carteiras escolares, com o objetivo de reequiparmos as unidades escolares possibilitando e favorecendo cada vez mais o bem-estar de nossos alunos, tendo em vista o retorno de suas atividades presenciais.

 **2. JUSTIFICATIVA**

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas faculdades, fazendo valer o que determina o art. 206 incisos VII da Constituição, que tem como objeto o compromisso dos órgãos governamentais em garantir educação de qualidade, organiza;

Levando em consideração que decorrido o período pandêmico, estamos gradativamente retornando as atividades escolares de forma presencial e com o trabalho incansável de melhorar e aperfeiçoar o processo de ensino no Município de Arcoverde;

Observando que decorrido o período de recessão educativa na forma presencial, fazemos um reconhecimento das nossas unidades escolares e verificamos que as mesmas se encontram com estruturas precisando de intervenção imediata, iniciamos o processo de recuperação e restauração de nossas unidades escolares;

Para tanto se faz necessário um amplo trabalho de reequipamento de todas as unidades de ensino e assim sendo precisamos adquirir materiais específicos para as ações nas escolas, dentre eles as mesas e carteiras escolares, a fim de proporcionarmos os aparatos necessários ao desenvolvimento educacional e bem-estar de nossos estudantes.

Esta egrégia Secretaria Municipal, realizou anteriormente um processo licitatório para a aquisição de bancas e carteiras escolares, o qual se demonstrou insatisfatório e considerado como fracassado pela administração. Entretanto contamos com a urgente necessidade de reequipar as nossas unidades escolares para o retorno das atividades educativas, assim sendo damos celeridade ao processo licitatório para a aquisição dos materiais necessários.

Levamos em consideração ainda a conquista de uma nova unidade escolar em nosso município, a qual atenderá a mais de 500 alunos matriculados por turno de funcionamento e para tanto precisamos dos mobiliários que sejam suficientes para o funcionamento da escola.

Não medimos esforços para que nossos alunos possuam o que de mais moderno e eficiente exista para o seu desenvolvimento pedagógico, com conforto e segurança.

**3. DOS QUANTITAVOS E DAS DESCRIÇÕES**

Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas para o ano letivo de 2022, estão especificados no Item 5, Apêndices deste Termo de Referência, anexos e Estudo Técnico Preliminar.

**4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os recursos orçamentários alocados para o pagamento do objeto desta licitação são oriundos das seguintes Dotações Orçamentarias:

|  |
| --- |
| **SALÁRIO EDUCAÇÃO** |
| **Atividade:** 12.361.1204.2.1.66 – Reequipamentos das Unidades de Ensino  |
| **Elemento:** 4.4.90.52.00 –Equipamento e Material Permanente |
| **Fonte de recurso:** 09 |

|  |
| --- |
| **RECURSO PRÓPRIO** |
| **Atividade:** 12.361.1202.2.1.66 – Reequipamentos das Unidades de Ensino  |
| **Elemento:** 4.4.90.52.00 –Equipamento e Material Permanente |
| **Fonte de recurso:** 02 |

|  |
| --- |
| **FUNDEB 30%** |
| **Atividade:** 12.361.1204.1.186 – Aquisição de Material Permanente para Rede Física de Educação Básica com Recursos do FUNDEB |
| **Elemento:** 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente |
| **Fonte de recurso:** 58 |

**5. ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS**

**5.1 –** Os produtos a serem adquiridos possuem as seguintes descrições abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **CATMAT** | **UNID.** | **QUANT.** | **VALOR UNIT.** | **VALOR TOTAL** |
| **01** | Carteira escolar (carteira escolar universitário, confeccionado em resina termoplástica ABS ou Polipropileno, dotada de porta lápis na posição horizontal) | **26441** | UNID. | 1.000 | R$ 400,00 | R$ 400.000,00 |

VALOR TOTAL ESTIMADO: **R$:** **400.000,00 (Quatrocentos mil reais).**

**5.2 -** Das especificações técnicas;

**Prancheta:**

Medindo 55cm X 34,5cm, comporta 02 folhas A4 lado a lado, sem protuberância e reentrância, sustentada por 2 tubos 25mm x 25mm e 30mm x 30mm curvado sem solda ambos com espessura de 1,9mm posicionados sob a prancheta, ligados a estrutura da cadeira. O dispositivo de regulagem na parte inferior da prancheta no sentido horizontal é composto por tubos redondos em aço industrial de 01’’ (uma polegada) que envolvem as buchas plásticas e os trilhos de aço, se encaixando no tubo quadrado 30mm x 30mm e 25mm x 25mm que estão sob a prancheta. Cadeira com assento e encosto em resina plástica virgem, fabricados pelo processo de injeção termoplástico polipropileno, fixados por meio de parafusos autoatarrachantes invisíveis.

**Assento:**

Medindo 400mm x 410mm, altura assento/chão 430mm.

**Encosto:**

Com curvatura anatômica medindo 410mm x 245mm com 03 orifícios para ventilação, espessura mínima 5mm. Porta livros confeccionado em resina termoplástica, fechado nas partes traseira e laterais. Medindo 13,00cm altura, 31,00cm Largura e 27,00cm de profundidade. Gancho porta mochila confeccionado aço. Sapatas calandradas envolvendo as extremidades, em formato apropriado ao tubo acompanhando os pés, injetadas em polipropileno virgem e presa à estrutura por de rebites de alumínio.

**Estrutura:**

Metálica fabricada em tubo de aço industrial tratados por conjuntos de banhos químicos para proteção e longevidade da estrutura e soldado através do sistema MIG. Estrutura formada por dois pares de tubo oblongo medindo 20mm x 48mm com espessura de 1,5mm. Base dos pés em tubos oblongos medindo 20mm x 48mm com espessura de 1,5mm em forma de arco com raio medindo no máximo 800,0mm.

Cor da Estrutura metálica: BRANCA

Cor da prancheta/porta objeto/assento/encosto/sapatas: AZUL

- As medidas informadas podem ter variação de 3%.

- Apresentar laudo, certificado ou relatório conforme NBR 8094/83 resistências a névoa salina, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO com no mínimo 400 horas de ensaio, avaliados pela norma NBR 5770 resultados F0 e norma NBR 5841 resultado d0/t0;

- Apresentar laudo, certificado ou relatório conforme NBR 8095/83 resistências a atmosférica úmida saturada, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO com no mínimo 400 horas de ensaio, avaliados pela norma NBR 5770 resultados F0 e norma NBR 5841 resultado d0/t0;

- Apresentar laudo, certificado ou relatório conforme NBR 11003 e NBR 10443, comprovando a aderência do material X0 Y0 e a espessura de no mínimo 100 microns;

**6. DO FORNECIMENTO, DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA**

 **6.1 –** Os fornecimentos serão requisitados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, através da Autorização de Fornecimento assinada pelo responsável do Setor de Compras;

 **6.2 –** Os produtos deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento;

**6.3 –** As Autorizações de Fornecimento serão enviadas por e-mail em horário comercial;

**6.4 -** O local de entrega será no almoxarifado da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Capitão Arlindo Pacheco de Albuquerque, n° 72 – Centro – Arcoverde/PE (Setor de Compras), cujo contatos podem ser feitos pelos telefones: (87) 3821-9014 ou 3821-1707, ou pelo endereço eletrônico pmaseacompras21@gmail.com, devendo a entrega ser realizada em horário entre 08:00h as 17:00h.

**7. DO RECEBIMENTO**

**7.1 –** Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

**7.1.2 –** Os produtos definidos no anexo deste Termo de Referência deverão estar de acordo com o especificado, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

**7.1.3 –** Os produtos que não obedecerem às especificações do Termo de Referência serão devolvidos para substituição imediata, sem ônus para o Contratante;

**7.1.4 –** O recebimento definitivo ocorrerá após cumpridas as exigências dos itens anteriores, ocasiões em que as Notas Fiscais serão atestadas e encaminhadas à Gerencia Financeira para as providencias de agendamento/pagamento.

**8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1** – Executar a entrega dos itens em conformidade com o detalhamento expresso neste Termo de Referência e no Edital da Licitação, observando rigorosamente as normas constantes neste instrumento e no edital;

**8.2 –** Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

**8.3 –** Arcar com todos os danos, prejuízos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive com plena responsabilidade com a carga e descarga dos produtos até o local indicado a ser entregue;

**8.4 –** A partir da entrega dos produtos, sempre fornecer dentro de seu prazo de validade e/ou condições de consumo, de acordo com cada tipo de produto;

**8.5 –** Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

**8.6 -** Os produtos deverão ser entregues mediante apresentação da Autorização de fornecimento devidamente assinada pelo Setor de Compras, enviada pela Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a nota fiscal eletrônica e certidões negativas;

**8.7 –** Comunicar à Secretaria, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução do Contrato, prestando os esclarecimentos pertinentes e, se for o caso, providenciando a devida correção;

**8.8 –** Além de outros documentos que possam ser exigidos em Edital e/ou Contrato, os fornecedores também deverão apresentar declaração de que o produto fornecido será substituído, sem ônus para a Secretaria Municipal de Educação, caso o mesmo não esteja de acordo com exigências deste Termo, do Edital ou do Contrato;

**8.9 –** Emitir Nota Fiscal de venda, onde conste, no mínimo, o tipo de produto, a quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência;

**9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**9.1 -**Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida do edital e no contrato;

**9.2 -**Rejeitar os produtos que não satisfazerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;

**9.3 -**Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução dos serviços Licitados;

**9.4 -**Notificar a contratada, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços;

**9.5 -**Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas deste Termo de Referência.

**10. DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**10.1 -** O pagamento será realizado mediante emissão de nota fiscal eletrônica, em até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos, com o devido ateste de recebimento que deverá ser assinado e carimbado por um (a) Funcionário (a) adequado (a).

**10.2 –** Deve acompanhar a nota fiscal para efetivação do pagamento os seguintes documentos;

a) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

c) Certidões Negativas junto às Receitas: Federal, Estadual e Municipal;

d) Certidão Negativa Trabalhista.

**11. DA VIGÊNCIA**

Os contratos decorrentes deste TR terão vigência de 12 (doze) meses, com termo inicial na data de sua assinatura.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANTÔNIO RODRIGUES MENDES SOUZA**

**Secretário de Educação**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**SANDRO TENÓRIO DE CARVALHO**

**Setor de Compras**

**ANEXO III**

 **MINUTAS DO CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O ---------------------------------------------------- E DO OUTRO A EMPRESA ------------------------------------------ PARA ----------------------, COMO MELHOR ABAIXO SE DECLARAM:

Pelo presente instrumento público de contrato, de um lado a Prefeitura Municipal de Arcoverde, através do Fundo Municipal de Educação, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na ------------- nº ---, Centro, Arcoverde, Pernambuco, inscrito no CNPJ/MF sob o nº -------------, neste ato Secretário ------------, residente e domiciliada na -------------------, inscrita sob o CPF nº --------------------, RG nº -----------------, e de outro lado, a empresa ................... estabelecida a ..................., inscrito(a) no CNPJ sob o nº....................., neste ato representada pelo(a) Sr(a). ..........................., (nacionalidade), ..............., residente e domiciliado(a) à (endereço completo)............. cidade........................, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ............ e RG nº......................, doravante denominadas CONTRATANTE E CONTRATADA, consoante a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, do Processo Licitatório SEDUC nº \_\_\_/2021, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP SEDUC nº \_\_\_/2021, nos termos da proposta apresentada, têm por mútuo consenso, através do presente instrumento, contratado definitivamente o que a seguir declaram.

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

1.1O presente instrumento contratual terá por objeto desta licitação a C**ontratação de empresa para fornecimento de material permanente carteiras escolares, com o objetivo de reequipamento as unidades escolares do Município de Arcoverde, por um período de 12 (doze) meses**

**CLÁUSULA II - DA VIGÊNCIA**

2.1O presente instrumento terá vigência da data de sua assinatura até o dia \_\_\_/\_\_\_/20\_\_\_.

**CLÁUSULA III – DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS**

3.1Fornecimento dos produtos objeto do presente contrato será realizada conforme a descrição do Termo de Referência (Anexo I).

**CLÁUSULA IV - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

4.1A Prefeitura pagará ao contratado uma importância total de R$ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), conforme disposto na proposta do CONTRATADO, sintetizada na tabela seguinte:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item | Descrição detalhada | Qtd.  | Marca | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 |  |  |  |  |  |
| 2 |  |  |  |  |  |
| 3 |  |  |  |  |  |

**4.1O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (Trinta) dias uteis, caso o valor da contratação seja igual ou inferior a R$ 8.000,00 (oito mil reais|), e acima deste valor em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a parti da apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pelo Secretário de Educação Municipal de Arcoverde, e comprovação da manutenção das exigências da habilitação, tudo processado legalmente.11**

4.2 Sendo a Nota Fiscal/Fatura devolvida para correção por parte da CONTRATADA, o prazo para pagamento será contado a partir da data de sua reapresentação.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, se que o atraso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

4.5Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do art. 65, II, alínea “d” e §5º da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA V - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1Para fazer face às despesas decorrentes da execução do presente contrato, será utilizada as seguintes Dotações Orçamentárias:

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:**

SALÁRIO EDUCAÇÃO

Atividade: 12.361.1204.1.66 – Reequipamento das Unidades de Ensino

Elemento: 449052 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 09

RECURSO PROPRIO

Atividade: 12.361.1204.1.66 – Reequipamento das Unidades de Ensino

Elemento: 449052 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 02

 FUNDEB 30%

Atividade: 12.361.1204.1.186 – Aquisição de Material Permanente para Rede Fisica de Educação Básica com Recursos do FUNDEB

Elemento: 449052 – Equipamento e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 58

R$ .................. (Valor contratado)

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza da presente licitação, são obrigações da Contratada:

1. Fornecer o material conforme as especificações constantes do ato convocatório do respectivo pregão eletrônico;
2. Manter as condições de habilitação e qualificação exigido no instrumento convocatório, atualizando os documentos sempre que vencidos os prazos de validade;
3. Informar a Prefeitura Municipal de Arcoverde de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes do CONTRATO, tais como: mudança de endereço, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;
4. Aceitar os acréscimos e supressões nos quantitativos estimados em lei;
5. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas que incidam sobre os ajustes decorrentes do CONTRATO, inclusive as despesas relativas à entrega dos materiais;
7. Cumprir as demais obrigações exigidas no CONTRATO e no Edital;
8. A contratada é obrigado a corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
9. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1São obrigações da contratante, além de outras decorrentes do Contrato:

1. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente à quantidade solicitada observada a estimativa constante no Termo de Referência;
2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA no prazo estipulado;
3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto do contrato, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição;
4. Indicar servidor com competência necessária para proceder ao recebimento dos materiais e atestar as notas fiscais após a verificação das especificações, qualidade, quantidade, e preços pactuados;
5. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
6. Cumprir e fazer cumprir o disposto as cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA VIII - DAS ALTERAÇÕES**

**8.1.** As alterações, porventura, necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste contrato, serão efetivadas na forma e condições do Art. 65 da Lei N.º 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA IX - DAS PENALIDADES**

**9.1.** O cometimento de irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos das Leis Federais nº 8.666/1993 e 10.520/2002.

**9.2.** As irregularidades praticadas na execução do contrato administrativo sujeitarão o CONTRATADO às seguintes sanções:

I - Multa, observados os seguintes limites máximos:

a) Pelo atraso no fornecimento e/ou na prestação dos serviços, em relação ao prazo estipulado: 0,25% a 1% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor de referência;

b) Pela recusa no fornecimento e/ou em prestar o serviço, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 1% a 10% do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;

c) Pela demora em refazer o fornecimento e/ou o serviço rejeitado ou corrigir falhas do serviço, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 0,25% a 1% (um por cento) do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido, por dia decorrido;

d) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no fornecimento e/ou na prestação do serviço, entendendo-se como recusa prestação do serviço não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 2,5% a 10% (dez por cento) do valor global contratado, ou do valor contratual remanescente ainda não cumprido;

e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no termo contratual ou nas Leis Federais

8.666/93, 10.520/2002 e 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 0,25% a 1% (um por cento) do valor contratual, ou do valor global ainda não cumprido, para cada evento.

II – impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, do CONTRATADO que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

**9.3.** A pena pecuniária de multa destina-se às hipóteses de:

a) Atraso injustificado na execução do contrato;

b) Inexecução total ou parcial do contrato;

**9.4.** O atraso, para efeito do cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, e a multa será aplicada quando o atraso for superior a 05 (cinco) dias;

**9.5.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades;

**9.6.** Objetivando evitar danos ao Erário, a administração poderá adotar medida cautelar para suspender o pagamento à CONTRATADA na proporção do valor de eventual multa a ser aplicada até o término do processo administrativo.

**9.7.** As sanções serão aplicadas de forma gradativa, obedecidos aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia e de interposição de recurso.

**9.8.** Na estipulação das sanções deverão ser considerados o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

**CLÁUSULA X - DA RESCISÃO**

**10.1.** A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.1.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10.1.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

I - Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 10 (dez) dias; ou

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE; ou

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**10.2.** A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA XI – PUBLICIDADE DOS ATOS**

**11.1.** Conforme dispõe o artigo 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93, os extratos do presente contrato e de eventuais aditivos serão publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos a contar do 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

Parágrafo único. Nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 8.666/93, e de acordo com o Princípio Constitucional da Publicidade, é permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório.

**CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1.** O Edital do Pregão Eletrônico \_\_/2021 e seus anexos fazem parte integrante e inseparável do presente instrumento contratual.

**12.2.** As partes, ora contratadas, elegem o Fórum da Comarca de Arcoverde PE, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir qualquer dúvida ou ações, porventura, oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Arcoverde, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**CONTRATADA**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)***

***(NOME DO REPRESENTANTE LEGAL)***

***(Nº CPF DO REPRESENTANTE LEGAL)***

***CONTRATADO***

Testemunhas:

1.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF

2.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF

**ANEXO IV**

(Para a situação prevista no ***subitem 1.2.3*** do Edital)

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (*ME ou EPP*)**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOVERDE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2022

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_­­\_\_\_\_\_\_\_, domiciliada no Endereço \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas da lei, para os fins do disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14.12.2006, que:

1. Se enquadra como MICROEMPRESA – **ME** ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE – **EPP;**
2. A receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I (ME) ou II (EPP) do *art. 3º* da *Lei Complementar nº123* de *14.12.2006;*
3. Não tem nenhum dos impedimentos do § 4º do art. 3º, da mesma Lei Complementar, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

***ANEXO V***

(Para a situação prevista no ***subitem 1.2.4*** do Edital)

“MODELO” DECLARAÇÃO CONJUNTA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCOVERDE

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_/2022**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ sediada na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Telefone\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, fax\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e-mail\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do PREGÃO supracitado, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

a) Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº.9.854/99).

b) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital supra;

c) cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital do certame licitatório;

d) que a localização da licitante está de acordo com o endereço de domicílio constante na documentação apresentada para o certame;

e) declara, ainda, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade declarar ocorrências posteriores, em cumprimento ao que determina o art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93.

Local e Data

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

**ANEXO VI**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO PMA Nº \_\_\_\_/2022**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº \_\_\_\_/2022**

**PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO, POR ITEM Nº \_\_\_/2022**

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e um o **MUNICÍPIO DE ARCOVERDE PE**, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato, representado pelo Gestor \_\_\_\_**,** nacionalidade, residente e domiciliada na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, Bairro, \_\_\_ PE, inscrita no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, e portadora do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR,** em face da classificação das propostas de preços no **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2021,** tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para C**ontratação de empresa para fornecimento de material permanente carteiras escolares, com o objetivo de reequipamento as unidades escolares do Município de Arcoverde, por um período de 12 (doze) meses,** constante no referido Edital, que passa a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ com sede\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº\_\_\_\_\_\_\_\_, representada pelo\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_ e R.G. nº\_\_\_\_\_\_\_, residente e domiciliado em\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no uso das atribuições que lhe confere a procuração em anexo, classificada com o(s) item(ns) e preço conforme item \_\_\_\_ desta ata. A presente Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura e será utilizada pela Secretaria de Educação, como órgão Gerenciador, com a(s) empresa(s) que tiver(em) preço registrado(s), na forma prevista no Edital de Pregão Eletrônico. Tendo sido cumpridas todas as formalidades legais e nada mais havendo a constar, deu-se por encerrado os trabalhos lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr Secretário de Educação do Município de ARCOVERDE, bem como pelo(s) representante(s) da(s) empresa(s) com preços registrados, devendo a mesma ser publicada no D.O.E. para que opere seus jurídicos e legais efeitos. A administração não se obriga a adquirir o produto registrado, somente fazendo-o conforme necessidades apresentadas. O Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora e planilha de preços farão parte da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços. Órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame licitatório, em atendimento aos ditames do art.22 do Decreto Federal nº 1.892 de 23/01/2013 e da Lei N.º 8.666/93 e alterações, demais normas legais e administrativas.

1. **DO OBJETO**

- O objeto da presente **ATA REGISTRO DE PREÇOS** consiste na C**ontratação de empresa para fornecimento de material permanente carteiras escolares, com o objetivo de reequipamento as unidades escolares do Município de Arcoverde, por um período de 12 (doze) meses,** conforme a descrição, marcas e preços constantes da relação em Anexo a este instrumento, bem como edital e anexos e a proposta comercial e planilha de preços.

* 1. - A existência de preços registrados não impede a Administração de realizar compras/serviços, sempre que julgar conveniente e oportuno, por meio de processo licitatório específico, ou diretamente, respeitando o disposto em lei e assegurado o direito de preferência ao beneficiário do registro em igualdade de condições.
1. **DO PRAZO, DO LOCAL PARA ENTREGA E DO FORNECIMENTO**

2.1. Os produtos decorrentes da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, serão formalizados mediante a emissão e entrega ao FORNECEDOR da Ordem de Fornecimento, através da Nota de Empenho de despesa, e/ou Contrato.

2.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado através da Ordem de Fornecimento, a qual conterá: data, valor unitário do produto, quantidade pretendida, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável.

2.3. O prazo de entrega do produto licitado será conforme solicitação nos termos do art.62 da Lei 8.666/93.

2.4. A entrega deverá ser realizada em até 10 (Dez) dias uteis a partir da comunicação via fax com cópia da respectiva Ordem de Fornecimento, sem prejuízo do disposto constante no Termo de Referência (LOCAL DE ENTREGA/CONDIÇÕES DE PRAZO), devidamente acompanhada da nota fiscal/fatura correspondente.

**2.5.O local de entrega dos produtos deverá ser de acordo com o cronograma determinado pela coordenação da merenda escolar da Secretaria Municipal de Educação localizada á Av Capitão Arlindo Pacheco de Albuquerque nº 72 Centro, cujos contatos podem ser feitos pelo telefone (87) 3821 9014/ 3821 1707, ou pelo endereço Email:** **pmaseacompras21@gmail.com****, devendo a entrega ser realizada entre o horário de 08:00 às 13:00h, de segunda à sexta-feira.**

2.6. Os produtos deverão estar acondicionados de forma compatível à sua integridade e conservação, em embalagens originais de produção e transportados adequadamente;

2.7.A Contratante observando qualquer irregularidade no fornecimento, deverá comunicar à contratada, para substituir, sem ônus para a contratante, imediatamente, o item defeituoso por um outro com as mesmas características do substituído.

1. **DO PAGAMENTO**

3.1 - **O pagamento deverá ser efetuado em até 30 (Trinta) dias uteis, caso o valor da contratação seja igual ou inferior a R$ 8.000,00 (oito mil reais|), e acima deste valor em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a parti da apresentação da fatura/nota fiscal, atestada pelo Fiscal do Contrato, designado pelo Secretário de Educação Municipal de Arcoverde, e comprovação da manutenção das exigências da habilitação, tudo processado legalmente.119**

3.2 - Caso as Notas Fiscais apresentadas não correspondam aos fornecimentos executados, estas serão devolvidas para as devidas correções.

1. **DO RECEBIMENTO**

4.1 – Os produtos objeto desta ATA serão entregues em até 10 (Dez) dias, a contar da data da expedição das Ordens de Fornecimento emitidas pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de ARCOVERDE, que serão enviadas por meio eletrônico ou Fax;

4.2 – O local de entrega dos produtos é no Setor responsável, no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Arcoverde, localizada na **Av. Cap Arlindo Pacheco de Albuquerque nº 88 Centro Arcoverde - PE cujos contatos podem ser feitos pelo telefone (87) 3821-9096 ou pelo endereço email:** **compras.pma2020@gmail.com** **no horário de 08:00h às 13:00h, de segunda à sexta-feira.**

4.3 – Os produtos deverão estar acondicionados de forma compatível à sua integridade e conservação, em embalagens originais de produção e transportados adequadamente;

4.4 – **RECEBIMENTO PROVISÓRIO –** O recebimento provisório dos materiais no Setor de Compras que será feito mediante confronto das cópias das Ordens de Fornecimento com as Notas Fiscais, tendo em vista que, normalmente, não é possível a conferência das especificações no momento do descarrego;

4.5. - **RECEBIMENTO DEFINITIVO** - O recebimento definitivo dos materiais Setor de Compras será feito em até 05 (cinco) dias da data do recebimento provisório, mediante conferência dos quantitativos e das especificações pelo fiscal do contrato indicado no item 6.4 do Anexo I do edital.

4.6. **ORECEBIMENTO DEFINITIVO** e a conferência indicada no item anterior são de responsabilidade do fiscal do contrato indicado no item 6.4 no anexo I do edital, a quem também compete a Atesto nas Notas Fiscais.

4.7. Os produtos que não estiverem de acordo com o que é determinado no Termo de referencia 4.5 acima, serão imediatamente informados ao fornecedor, que deverá substituí-lo sem ônus para o Contratante.

**5. DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1.O prazo de validade da Ata de Registro de preços será de **12 (doze) meses**, improrrogáveis, a partir de sua assinatura e publicação.

**6.DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO**

 6.1 - Realizar os fornecimentos em conformidade com a Ata/Contrato;

6.2. - Responder pelos danos e/ou prejuízos causados a Prefeitura Municipal de Arcoverde ou a terceiros, por ocorrência de problemas em virtude da execução da Ata/ Contrato, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente;

6.3. – Fornecer os materiais sempre dentro do prazo de validade considerando data da entrega;

6.4 - Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma;

6.5 - Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento;

6.6 **–** Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta Ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelas Secretarias;

6.7 - Substituir imediatamente os produtos, quando exigidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

6.8 - Comunicar à Secretaria, a qualquer tempo, toda anormalidade que possa prejudicar a execução da Ata/Contrato, a fim de que a Contratante possa efetuar a devida correção;

6.9 - Não transferir a outrem, o objeto da presente Ata;

6.10 – Emitir uma Nota Fiscal de venda para cada Ordem de Fornecimento enviada, onde conste, no mínimo, a marca do produto, n°(s) lote(s), validade, quantidade fornecida, valor unitário e valor total. As informações deverão estar dispostas lado a lado, produto a produto, de modo a viabilizar a conferência.

* 1. – Prazo de validade mínima da proposta de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

**7, DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

7.1 – Acompanhar a execução do objeto desta Ata e efetivar a satisfação do crédito da contratada nos termos dispostos neste instrumento e respectivo Edital;

7.2 – Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela contratada e que sejam pertinentes ao objeto da presente Ata;

7.3 – Notificar por escrito a Contratada, por qualquer irregularidade relacionada a Ata/contrato;

7.4 – Fiscalizar o desempenho do objeto contratado através da servidora ocupante do cargo de Coordenação da Central de Abastecimento Farmacêutico;

* 1. **– Gerir o Contrato através do funcionário designado pelo Secretário de Educação**

**8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 O FORNECEDOR que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Nota de Empenho e/ou Contrato, bem como a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de ARCOVERDE, e será descredenciado pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato ou instrumento equivalente e das demais cominações legais.

8.1.1 A comprovação de quaisquer atos citados acima poderá implicar na anulação do compromisso consignado na Ata de Registro de Preços, em consonância com os art.78 e 79 da Lei 8666/93.

8.2. Pelo atraso injustificado na entrega do bem registrado será aplicada multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo disposto no item 2 desta Ata, sobre o valor total registrado na Ata de Registro de Preços e seus eventuais aditivos, respeitados os limites da lei civil, limitada a 30 (trinta) dias, a partir do qual será considerada inexecução contratual total, conforme disposto no art.87 da Lei 8666/93

8.2.1 A multa estabelecida no subitem anterior não impede que o Órgão Gerenciador rescinda unilateralmente o compromisso consignado na Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas na Lei 8666/93;

8.3. Em caso de inexecução total ou parcial do compromisso consignado em Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador, poderá garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) multa, nos seguintes termos:

b.1) pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, **até o limite de 10% do valor dos bens não entregues ou serviço não executado;**

b.2) pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento;

b.3) pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do fornecimento, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) do valor do bem, por dia decorrido, **até o limite de 10% do valor do fornecimento não substituídos/corrigidos;**

b.4) pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas do fornecimento, entendendo-se como recusa o fornecimento não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: **10% (dez por cento)** do valor do fornecimento rejeitado;

b.5) pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: **1% (um por cento)** do valor contratado, para cada evento.

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de ARCOVERDE, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

8.4 - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nas letras C e D do subitem 8.3:

I - pelo descumprimento do prazo do fornecimento;

II - pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada; e

III - pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital;

8.5 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, inclusive durante todo o prazo de validade do fornecimento;

8.6 - As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis;

8.7 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à CONTRATADA as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

8.8. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do município de ARCOVERDE, ressalvada a hipótese prevista na alínea ‘d’ do caput, de competência do Executivo Municipal.

8.9. A sanção estabelecida no subitem 22.1, item III do edital é de competência exclusiva do ExmaSrª Prefeita do Município, devendo o Órgão Superior da entidade ou Órgão Gerenciador, prolatar da decisão inicial, remeter-lhe o respectivo processo no prazo de 10 (dez) dias, para a obtenção de sua ratificação, garantida à defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (05) cinco anos de sua aplicação.

8.10. O prazo de suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

8.11. Será remetida à Secretaria de Administração do município, cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pelo Fornecedor registrado, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

**9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

9.1.O registro do fornecedor será cancelado quando:

 I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I,II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**10.CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

10.1 O FORNECEDOR REGISTRADO se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**11. DO FUNDAMENTO LEGAL**

11.1. A presente Ata de Registro de Preços tem como fundamento legal a Lei 10.520 de 17/07/2002, aplicando-se subsidiariamente a Lei 8.666 de 21/06/1993 e respectivas alterações, Lei complementar nº123 de 14/12/2006 e atualizações, Decretos de Regulamento do Pregão Presencial de nº 17 de 16 de março de 2007 e Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e atualizações e demais legislações pertinentes.

**12. DOS CASOS OMISSOS**

12.1 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste instrumento serão decididos pela Administração, aplicando-se as demais disposições constantes nos demais diplomas legais pertinentes que fazem parte do edital, independente de transcrições.

**13. DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro do Município de ARCOVERDE como único competente para dirimir as questões derivadas desta Ata de Registro de Preços, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que este seja.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro

de Preços em (02) duas vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, que deverá ser publicada em órgão oficial para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Arcoverde \_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_de 2022

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ÓRGÃO GERENCIADOR**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**FORNECEDOR REGISTRADO**